



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA – REGISTRO DE PREÇOS

#### 1- DO OBJETO:

A presente licitação tem por objeto Registro de Preço para aquisição de insumos da construção civil da Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Índices da Construção Civil) em regime de maior desconto percentual unitário, para atender a demanda do Município de Bofete/SP, pelo período de 12 (doze) meses. A aquisição será realizada por pregão presencial, com critério de julgamento baseado no maior desconto por item, **conforme especificações constantes neste edital.**

#### 1.2. Classificação dos bens e serviços

O objeto, ora licitado, se enquadra na descrição de objeto comum, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado.

#### 1.3. Tipo de licitação

Pregão Presencial, nos termos do art. 6, inc. XLI, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

#### 1.4. Critério de julgamento

Maior Desconto, nos termos do art. 33, inc. II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

#### 1.5. Divisão da licitação

Adjudicação por item (X)

#### 1.6. Do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para ME, EPP e MEI

Em observância ao Decreto n.º 2.813/2017, será garantido tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPEs), com prioridade àquelas estabelecidas no âmbito local e regional.



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

A contratação será considerada não vantajosa se resultar em preço superior ao valor de referência, salvo quando o instrumento convocatório justificar a prioridade para MPEs locais ou regionais, permitindo um limite de até 10% acima do melhor preço válido.

Essa medida tem por objetivo fortalecer a economia local e garantir a melhor aplicação dos recursos públicos.

## **2. DAS JUSTIFICATIVAS**

Considerando a necessidade de atender às demandas da Administração Pública Municipal para a aquisição de materiais de construção de forma eficiente e econômica, justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) com critério de julgamento baseado no maior percentual de desconto sobre a Tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), pelos seguintes fundamentos:

### **Racionalização das Compras e Eficiência Administrativa**

A modalidade de Registro de Preços permite a realização de aquisições futuras e parceladas de materiais de construção conforme a necessidade da Administração, evitando o acúmulo excessivo de estoque e reduzindo o risco de obsolescência ou deterioração dos insumos. Além disso, elimina a necessidade de sucessivas licitações para cada demanda específica, otimizando o tempo e os recursos da Administração.

### **Economia e Vantagem Competitiva**

A utilização do critério de maior desconto sobre a Tabela SINAPI garante que os preços praticados estejam em conformidade com os valores médios de mercado, referenciados por um banco de dados amplamente utilizado por órgãos públicos e reconhecido como parâmetro oficial para contratações. Essa metodologia assegura a economicidade e evita sobrepreços, promovendo a competitividade entre os fornecedores e permitindo que a Administração obtenha os materiais com as melhores condições comerciais.

### **Atendimento às Necessidades Variáveis da Administração**



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

O setor público demanda materiais de construção em diferentes quantidades e períodos, seja para manutenção preventiva e corretiva de prédios públicos, pavimentação, obras emergenciais ou novos projetos de infraestrutura. A modalidade de Registro de Preços permite que tais aquisições sejam feitas de forma flexível, respeitando a disponibilidade orçamentária e as prioridades administrativas, sem comprometer o planejamento financeiro.

## **Previsibilidade Orçamentária e Segurança Jurídica**

A Tabela SINAPI é elaborada com base em critérios técnicos da Caixa Econômica Federal e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), proporcionando transparência e previsibilidade no planejamento de gastos. Além disso, a adoção do critério de maior desconto sobre essa tabela minimiza o risco de variações excessivas nos preços, garantindo maior segurança jurídica e alinhamento com os princípios da economicidade e da vantajosidade exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

## **Maior Aderência às Normas de Licitação e Contratos Administrativos**

O critério de maior desconto sobre tabela oficial é amplamente aceito pelos órgãos de controle e está em conformidade com o artigo 6º, inciso XXXIII, e artigo 82 da Lei nº 14.133/2021, que orientam a Administração a buscar critérios objetivos e vantajosos para o erário público. Dessa forma, a adoção dessa metodologia se apresenta como uma alternativa eficiente e juridicamente segura para a aquisição de materiais de construção.

## **Padronização e Controle de Qualidade**

A aquisição de materiais de construção com base na Tabela SINAPI assegura que os produtos adquiridos atendam aos requisitos técnicos exigidos pelos órgãos responsáveis, garantindo a qualidade dos insumos utilizados nas obras públicas e evitando a aquisição de materiais de especificações inferiores, o que poderia comprometer a durabilidade e segurança das edificações e infraestruturas.

Diante dos fatores expostos, a opção pelo Registro de Preços com critério de maior desconto sobre a Tabela SINAPI se mostra a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, pois



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

proporciona economia, flexibilidade, previsibilidade orçamentária e conformidade com os normativos legais, assegurando maior eficiência e transparência nas contratações.

## **3. DA PROPOSTA**

**3.1.** No valor proposto já deverão estar inclusas todas as despesas relativas à locação dos produtos, objeto desta licitação: obrigações e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, tributários, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, despesas administrativas, operacionais, custos de pessoal especializado, seguros de acidente de trabalho e/ou outros, despesas de locomoção, combustível, materiais e equipamentos necessários à confecção dos produtos, tarifas, fretes, lucros, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os produtos, objeto deste certame.

## **4. DA ENTREGA E/OU LOCAL DO SERVIÇO**

4.1. O prazo das entregas, que ocorrerão de forma fracionada, durante todo o prazo de vigência da ata, para as quantidades globais acima apresentadas, será de até 05 (cinco) dias úteis, contados após o envio da solicitação via correio eletrônico ou requisição por servidor designado pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Bofete.

4.2. Não serão aceitos itens em desacordo com este termo de referência. O fornecedor deverá apresentar 01 nota fiscal para cada Ordem de Compra recebida, esclarecendo-se que não serão aceitas rasuras ou informações incorretas quanto ao histórico da mesma e dados do Contratante, se comprometendo em caso de erro, trocar a referida Nota Fiscal num prazo de 24 horas.

4.3. A Atestação das notas fiscais/faturas que comprovam a execução da entrega caberá aos Fiscais do contrato de cada Diretoria envolvida, sendo obrigatória a emissão de notas fiscais com a observação de identificação para qual Diretoria Municipal é destinada os produtos.

4.4. O quantitativo deste termo de referência pode contemplar a aquisição da quantidade informada até o final do contrato em sua plenitude (solicitando o número informado) ou parcialmente (conforme a demanda organizacional das Diretorias Municipais, não sendo solicitado todo o número informado).



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

4.5. A Contratada deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

4.6. A Contratada deverá refazer todo e qualquer entrega não aprovada pela Contratante, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

4.7. A Contratada deverá responsabilizar-se por todo o custo da entrega dos itens diretamente no local informado e nas quantidades informadas, sem quaisquer custos adicionais para a Prefeitura de Bofete.

4.8. Em qualquer caso, a CONTRATADA deverá arcar com todos os procedimentos necessários à solução do problema, incluindo a substituição de quaisquer peças defeituosas no(s) equipamento(s) e gastos com deslocamentos necessários, sem custo adicional à CONTRATANTE.

4.9. Todos os prazos e garantias, que por ventura não foram citados neste termo, deverão estar dentro das condições estipuladas no Código do Consumidor.

4.10. Todos os itens constantes neste termo de referência devem ser entregues em condição dentro da legislação vigente. O Fiscal do Contrato não encaminhará a Nota Fiscal para liquidação financeira até que todos os itens estejam entregues de acordo com o solicitado, conforme apontado neste termo de referência

## **5. DA FORMA E PRAZO DE ENTREGA:**

**5.1.** As entregas serão feitas parceladamente, de acordo com as necessidades das diretorias solicitantes em local devidamente indicado nas requisições, no município de Bofete - SP, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da do pedido de fornecimento, nas quantidades e condições estipuladas no momento da aquisição e nas especificações estabelecidas no Anexo I deste edital.

## **5.2. DOS ITENS**



# Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

MATERIAIS					
LOTE 01					
Item	CATMAT / CATSER	Descrição	Unidade	Desconto Mínimo Aceitável	Valor Total
1	S/C	Materiais de construção organizados de A a Z, conforme referências comuns na Tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).	Unid.	%	R\$ 600.000,00

MATERIAIS					
LOTE 02 – EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
Item	CATMAT / CATSER	Descrição	Unidade	Desconto Mínimo Aceitável	Valor Total
1	S/C	Materiais de construção organizados de A a Z, conforme referências comuns na Tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).	Unid.	%	R\$ 80.000,00

## 6. CRITÉRIO DE HABILITAÇÃO

6.1. As licitantes deverão encaminhar a seguinte documentação para fins de habilitação:



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

## **6.1.1. Habilitação Jurídica**

I - Registro Comercial, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato/ata Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

a) O licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado acima, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso houver.

b) Somente será(ão) habilitado(s) a(s) licitantes(s) que apresentar (em), além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta contratação no seu objeto social.

c) O Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI somente será exigido quando permitida a participação do MEI, situação que pode ser verificada na tabela do Anexo I deste Termo de Referência.

## **6.1.2. Habilitação Fiscal**

I - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor.

II - Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal conforme o objeto, em vigor.

III - Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

## **6.1.3. Habilitação Trabalhista**



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

I - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em vigor.

## **6.1.4. Qualificação Econômico-Financeira**

I - Certidão Negativa de Falência, Concordata ou de Recuperação Judicial (Lei n.º 11.101/2005), em vigor, expedida pelo distribuidor da comarca da matriz da pessoa jurídica.

## **6.1.5. Qualificação Técnica**

Atestado(s) de capacidade técnica em nome da licitante, que comprove(m) que a empresa tenha fornecido serviços/produtos semelhantes ao do presente objeto, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento para a quantidade solicitada será efetuado, mediante a realização dos serviços, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, até 30 (trinta) dias consecutivos após a data de recebimento do objeto pelo servidor responsável, o qual ocorrerá mediante aporte da assinatura e data no documento fiscal.

**7.2.** A licitante vencedora deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

**7.2.1** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a licitante vencedora adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a licitante vencedora ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto a ordem cronológica de pagamentos da Prefeitura Municipal de Bofete.

**7.3.** Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

7.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a licitante vencedora apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela licitante vencedora.

7.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contrato/atas de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

7.6. Para fins de pagamento, a licitante vencedora, deverá informar no corpo da nota fiscal o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da licitante vencedora. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

7.7. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item/grupo poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação **para menos**, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com até duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.

## **8. DO REAJUSTE**

8.1. Os valores da proposta somente poderão sofrer reajustes, a requerimento, após o período de 01 (um) ano, com base na variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), nos termos da Lei n.º 9.069 de 29/06/1995 e Lei n.º 10.192 de 14/02/2001, contados da data da apresentação da proposta.

8.1.1. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolizando-o na Prefeitura Municipal de Bofete, até o término do contrato/ata ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

## **9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ATA**

**9.1.** O contrato/ata entrará em vigor na data de publicação de sua súmula na imprensa oficial e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado com base no artigo 84 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, desde que haja autorização formal da autoridade competente e mediante os seguintes requisitos:

- a)** relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização dos serviços, com anuência da autoridade competente, de que os serviços tenham sido prestados regularmente e haja vantajosidade na prorrogação do contrato/ata;
- b)** demonstração de que o valor do contrato/ata permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c)** a licitante manifeste expressamente interesse na prorrogação, comprovando que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE**

Compete à Prefeitura Municipal de Bofete:

- 10.1.** receber, fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado;
- 10.2.** receber os serviços e lavrar termo de recebimento provisório. Se o serviço contratado não estiver de acordo com as especificações da Prefeitura Municipal de Bofete, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;
- 10.3.** Comunicar à licitante vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido.



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

**10.4.** efetuar o pagamento à licitante vencedora no valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

**10.5.** A Prefeitura Municipal de Bofete não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela licitante vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da licitante vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.6.1.** A CONTRATANTE poderá realizar a qualquer tempo novas implementações não previstas neste descritivo, visando o atendimento e a melhoria de processos específicos ou ainda para inauguração de novas unidades de atendimento.

**10.6.2.** A CONTRATANTE realizará as solicitações formalmente a CONTRATADA para análise e emissão de proposta para aprovação.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

**11.1.** A licitante vencedora cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**11.1.1.** proceder a prestação de serviços no prazo e condições fixados neste Termo de Referência;

**11.1.2.** considerar os preços propostos completos e suficientes para a prestação dos serviços objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da licitante;

**11.1.3.** arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta licitação;

**11.1.3.1.** entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais,



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência.

**11.1.4.** indenizar terceiros e à Prefeitura Municipal de Bofete os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato;

**11.1.5.** arcar com todas as despesas necessárias à execução do serviço contratado;

**11.1.6.** cumprir fielmente o contrato/ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

**11.1.7.** refazer os serviços que forem recusados no prazo estabelecido neste Termo de Referência, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pela Prefeitura Municipal de Bofete;

**11.1.8.** fornecer informações e dados sobre a prestação dos serviços, conforme solicitação da Prefeitura Municipal de Bofete, nos prazos fixados;

**11.1.9.** manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

**11.1.10.** responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

**11.1.11.** informar ao setor de compras da Prefeitura Municipal de Bofete, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio Presencial (e-mail) ou outros dados.

## **12. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018 (LGPD)**

**12.1.** A licitante vencedora fica obrigada a:



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

- a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
  
- b) cumprir com o estabelecido pela Prefeitura Municipal de Bofete para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
  
- c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato/ata, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
  
- d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
  
- e) notificar a Prefeitura Municipal de Bofete em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
  
- f) fornecer informações úteis à Prefeitura Municipal de Bofete sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
  
- g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

## **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Pela recusa injustificada de assinatura do Contrato/ata, será aplicada multa na razão de 20% (vinte por cento), sobre o valor global adjudicado para o(s) item(ns), bem como a pena prevista no artigo 156, § 4º da Lei 14.133/21, pelo prazo de até 3 (três) anos.

**13.2.** Pelo atraso injustificado de entrega dos serviços nos prazos previstos neste instrumento, será aplicada multa moratória na razão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até 30 (trinta) dias de atraso. Contudo, após o atraso, poderá,



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato/ata; bem como a pena prevista no artigo 156, § 4º da Lei 14.133/21, pelo prazo de até 3 (três) anos.

**13.3.** Pela entrega dos serviços em desacordo com o solicitado, após o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o total da parcela inadimplida;

**13.4.** Pela não entrega dos serviços solicitados, sem justa causa, será aplicada multa na razão de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, bem como a pena prevista no artigo 156, § 4º da Lei 14.133/21, pelo prazo de até 3 (três) anos.

**13.5.** Quando da reincidência em irregularidade já notificada pela Prefeitura Municipal de Bofete, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente a infração cometida conforme subitem anteriores, acrescido de 10% (dez por cento) do valor da multa, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato/ata e /ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no artigo 156, § 4º da Lei 14.133/21, pelo prazo de até 3 (três) anos.

**13.6.** Será facultada à licitante, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Termo de Referência.

**13.7.** As multas e seu pagamento não eximirão a licitante de ser acionadas judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

**13.8. Caso a multa não seja quitada em até 30 (trinta) dias contados da emissão notificação, estará sujeita a atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).**

Bofete - SP, 19 de março de 2025.



# Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

## ANEXO II - FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

PROCESSO Nº. 63/2025

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 02/2025

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA TABELA SINAPI (SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTO E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM REGIME DE MAIOR DESCONTO PERCENTUAL UNITÁRIO, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE BOFETE/SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

MATERIAIS/SERVIÇOS					
<u>LOTE 01</u>					
Item	CATMAT / CATSER	Descrição	Unidade	Desconto Mínimo Aceitável	Valor Total
1	S/C	Materiais de construção organizados de A a Z, conforme referências comuns na Tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).	Unid.	%	R\$

MATERIAIS					
<u>LOTE 02 – EXCLUSIVO PARA ME/EPP</u>					
Item	CATMAT / CATSER	Descrição	Unidade	Desconto Mínimo Aceitável	Valor Total
1	S/C	Materiais de construção organizados de A a Z, conforme referências	Unid.	%	R\$



# Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

		comuns na Tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).			
--	--	--	--	--	--

## ESPECIFICAR A GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO:

Razão Social:		
Endereço:		
Cidade:	CEP:	Fone/Fax:
E-mail:		CNPJ nº

## PROPOSTA FINANCEIRA

PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ .....

## DECLARAÇÃO

- 1 - Declaro que o prazo de eficácia desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega de seu respectivo envelope (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21).
- 2 - Declaro, sob as penas da lei, que os serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no edital, na legislação e norma técnica em vigor.
- 3 - Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Nome do Representante:	
Identidade nº:	CPF nº:



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

Local e Data:

Assinatura:

Carimbo do CNPJ



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

## **ANEXO III - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**DEPARTAMENTO: PROJETOS**

**RESPONSÁVEL: DALETI RAQUEL CUNHA CAMARGO**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA TABELA SINAPI (SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTO E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM REGIME DE MAIOR DESCONTO PERCENTUAL UNITÁRIO, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE BOFETE/SP.**

**DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO (Inciso I, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

O município de Bofete, no exercício de suas atribuições administrativas e visando à manutenção da infraestrutura pública, identifica a necessidade de aquisição de materiais de construção para a execução de serviços essenciais de conservação, reparo e melhorias em prédios públicos, vias urbanas, espaços de uso comum e demais equipamentos municipais.

Atualmente, diversas edificações e estruturas públicas apresentam sinais de desgaste devido ao tempo de uso, ação de intempéries e a alta demanda de utilização. Entre os problemas detectados, destacam-se: infiltrações, trincas em alvenaria, deterioração de revestimentos, corrosão de estruturas metálicas, desgaste de pavimentos, além da necessidade de adequações para acessibilidade e segurança dos usuários.

Além disso, a manutenção preventiva e corretiva dessas infraestruturas é essencial para garantir o bom funcionamento dos serviços públicos, como saúde, educação, assistência social e lazer, assegurando que os espaços estejam adequados para o atendimento da população. A aquisição de materiais como cimento, areia, brita, tijolos, telhas, argamassas, tintas, ferragens, pisos e demais insumos de construção visa atender a essas necessidades, permitindo que o município realize intervenções de pequeno, médio e grande porte conforme a demanda.



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

A justificativa para essa aquisição fundamenta-se não apenas na obrigação da administração pública em zelar pelo patrimônio municipal, mas também na necessidade de proporcionar segurança e qualidade nos serviços prestados à população. A falta de manutenção pode comprometer a integridade estrutural dos espaços públicos, aumentando os riscos de acidentes, deterioração acelerada e custos futuros mais elevados com reformas emergenciais.

## **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inciso III, do § 1º do Artigo 18) da Lei Federal 14.133/2021).**

Considerando as necessidades de manutenção, conservação e melhorias da infraestrutura pública do município de Bofete, torna-se essencial a aquisição de materiais de construção para atender às demandas de reformas, adequações e reparos em prédios públicos, vias urbanas e demais espaços municipais. A contratação deve seguir critérios técnicos e normativos, assegurando a eficiência, economicidade e qualidade dos insumos adquiridos.

### **Referência de Preços pela Tabela SINAPI**

Os materiais de construção a serem adquiridos devem estar devidamente precificados com base na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantida pela Caixa Econômica Federal em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A utilização dessa tabela garante a compatibilidade dos valores com o mercado, assegurando transparência e padronização nos processos de aquisição.

### **Qualidade e Conformidade dos Materiais**

Os insumos adquiridos devem atender aos requisitos técnicos e normativos aplicáveis, incluindo:

- Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para materiais de construção (cimento, tijolos, aço, revestimentos, tintas, etc.);
- Especificações do SINAPI, garantindo compatibilidade com padrões de qualidade adotados nacionalmente;
- Certificações ambientais e técnicas, quando aplicáveis, priorizando produtos sustentáveis e de menor impacto ambiental.



# Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

## Diversificação dos Insumos para Atender às Demandas Municipais

A aquisição deve contemplar materiais para diferentes tipos de intervenção, incluindo:

- Materiais básicos: cimento, areia, brita, argamassa, tijolos, blocos de concreto, telhas, ferragens, entre outros;
- Materiais para acabamento: tintas, revestimentos cerâmicos, pisos, portas, janelas e fechaduras;
- Materiais hidráulicos e elétricos: tubos e conexões, fiações, luminárias, quadros de distribuição, entre outros.

## Planejamento Logístico e Controle de Estoque

Para otimizar a aplicação dos recursos públicos, a aquisição deve ser realizada de forma planejada, evitando desperdícios e garantindo a disponibilidade dos insumos conforme a necessidade de execução dos serviços. O controle de estoque deve seguir diretrizes de gestão patrimonial, assegurando o correto armazenamento e distribuição dos materiais.

## Critérios para Seleção de Fornecedores

A contratação deve priorizar fornecedores que atendam aos seguintes critérios:

- Capacidade de entrega conforme demanda municipal, garantindo regularidade no fornecimento dos materiais;
- Qualidade certificada dos produtos, conforme normas técnicas e padrões estabelecidos pelo SINAPI;
- Histórico de fornecimento para órgãos públicos, com comprovação de idoneidade e experiência no setor.

**ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO (Inciso IV, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

<b>MATERIAIS</b>
<b><u>LOTE 01</u></b>



# Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

Item	CATMAT / CATSER	Descrição	Unidade	Desconto Mínimo Aceitável	Valor Total
1	S/C	Materiais de construção organizados de A a Z, conforme referências comuns na Tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).	Unid.	%	R\$ 680.000,00

## **PESQUISA DE MERCADO (Inciso V, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

A Administração Pública Municipal de Bofete, visando garantir a economicidade, eficiência e transparência no processo de aquisição de materiais de construção, realizou uma pesquisa de mercado para identificar os preços médios praticados no setor e assegurar que a contratação ocorra dentro dos parâmetros adequados de custo-benefício.

### **Metodologia da Pesquisa de Mercado**

Para a composição dos preços de referência, foram adotadas as seguintes fontes:

- Consulta a fornecedores locais e regionais do setor de materiais de construção para verificar a disponibilidade e os preços praticados no mercado atual;
- Análise de contratos recentes firmados por outros entes públicos para serviços e aquisições similares, garantindo a compatibilidade dos valores;
- Levantamento na Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), que é utilizada como referência oficial para custos da construção civil em contratações públicas.

### **Resultados da Pesquisa e Justificativa do Uso da Tabela SINAPI**

Após a análise comparativa das cotações obtidas junto a fornecedores locais e regionais, verificou-



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

se que os preços médios do mercado apresentam variações significativas dependendo do tipo de material e da localização dos fornecedores.

Considerando a necessidade de uma base confiável e padronizada, a Tabela SINAPI foi adotada como referência principal para a definição dos valores de aquisição. Essa escolha justifica-se pelos seguintes fatores:

- **Transparência e Controle Público:** A SINAPI é um banco de dados oficial, atualizado periodicamente e utilizado como referência pelo governo federal, estados e municípios.
- **Compatibilidade com as Práticas de Mercado:** Os preços indicados refletem valores praticados em diversas regiões do país, permitindo um alinhamento justo com o setor da construção civil.
- **Padronização dos Custos nas Contratações Públicas:** A adoção da tabela evita distorções de valores e sobrepreços, garantindo maior segurança na execução do orçamento público.
- **Comprovação de Economicidade:** A comparação entre os valores do SINAPI e as cotações do mercado local indicou que a utilização dessa base proporciona maior previsibilidade nos custos e contribui para a gestão eficiente dos recursos municipais.

Com base nos levantamentos realizados e nas diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021, a pesquisa de mercado demonstrou que a Tabela SINAPI se apresenta como a melhor referência para a aquisição de materiais de construção no município de Bofete. Essa metodologia assegura que a Administração Pública atue de forma responsável, garantindo que os recursos sejam aplicados de maneira justa, equilibrada e dentro dos padrões técnicos exigidos.

## **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Inciso VII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

A solução adotada pelo município de Bofete para a aquisição de materiais de construção visa garantir transparência, economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos, assegurando a aquisição de insumos de qualidade e a preços justos. Para definir a melhor metodologia de precificação e garantir a regularidade do processo licitatório, foram analisadas diferentes formas de composição de custos, considerando vantagens e desvantagens de cada modelo.

Dessa forma, optou-se pela formalização de uma Ata de Registro de Preços, com validade de 01



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

(um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, conforme a legislação vigente. Esse instrumento possibilita ao município maior flexibilidade na gestão dos contratos, otimizando a aquisição conforme a necessidade, garantindo previsibilidade orçamentária e evitando desperdícios, sempre com foco na transparência e na eficiência administrativa.

## **Comparativo entre Diferentes Modelos de Precificação**

### **Pesquisa de Mercado Baseada em Cotações de Fornecedores Locais**

#### **✓ Vantagens:**

- Permite obter preços diretamente de fornecedores regionais;
- Possibilidade de negociação com empresas locais;
- Facilidade de obtenção das informações.

#### **✗ Desvantagens:**

- Variação significativa de preços entre fornecedores, sem uma base padronizada para comparação;
- Risco de sobrepreço ou superfaturamento, especialmente se houver baixa concorrência local;
- Falta de controle público sobre a composição dos custos;
- Dificuldade de comprovação da economicidade, pois valores podem ser influenciados por fatores sazonais e práticas comerciais.

### **Uso de Contratos e Licitações Anteriores como Referência**

#### **✓ Vantagens:**

- Baseia-se em valores já aplicados em contratos anteriores;
- Possibilita a continuidade de políticas públicas sem grandes variações de custo.

#### **✗ Desvantagens:**



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

- Os preços podem estar defasados, não refletindo o valor real de mercado no momento da nova contratação;
- Não considera flutuações nos insumos da construção civil, que sofrem variações constantes devido a fatores econômicos;
- Não há garantia de economicidade, pois os valores podem ter sido baseados em mercados específicos e não atualizados.

## **Aplicação da Tabela SINAPI (Solução Escolhida)**

### **✔ Vantagens:**

- Padronização Nacional: A Tabela SINAPI é utilizada como referência pelo governo federal e demais entes da administração pública;
- Atualização Periódica: Os preços são revisados regularmente, refletindo as variações do mercado da construção civil;
- Segurança Jurídica: Evita questionamentos sobre sobrepreço, pois a tabela é reconhecida pelos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU);
- Transparência e Controle: Os valores são publicados publicamente e auditados, garantindo maior controle social e técnico;
- Critério Técnico para a Precificação: Os preços refletem a realidade do setor, levando em consideração custos médios de insumos, mão de obra e logística.

### **✘ Desvantagens:**

- Pode não abranger alguns insumos específicos utilizados no município, exigindo complementação com outras metodologias.

## **Justificativa para a Escolha da Tabela SINAPI**

Com base no comparativo acima, a escolha da Tabela SINAPI para a precificação dos materiais de construção a serem adquiridos pelo município de Bofete mostra-se a alternativa mais vantajosa, pois:

- Garante a isonomia entre os participantes da licitação, evitando distorções de preços entre



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

diferentes fornecedores;

- Evita discrepâncias de valores que poderiam comprometer a economicidade do processo de aquisição;
- Facilita o processo de auditoria e fiscalização, pois os valores são amplamente reconhecidos e validados pelos órgãos de controle;
- Reduz riscos de impugnação ou contestações jurídicas, pois segue um parâmetro técnico consolidado.

A adoção da Tabela SINAPI como referência de preços para a aquisição de materiais de construção pelo município de Bofete é a solução mais eficiente, segura e transparente. Esse modelo proporciona economia aos cofres públicos, assegura a qualidade dos insumos adquiridos e evita irregularidades no processo licitatório.

Dessa forma, o município garante que os recursos públicos sejam utilizados da melhor maneira possível, promovendo obras e serviços de infraestrutura com qualidade, previsibilidade e responsabilidade fiscal.

## **JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Inciso VIII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

Após análise técnica e econômica, concluiu-se que o parcelamento da aquisição de materiais de construção não é a opção mais vantajosa para o município de Bofete. A compra unificada garante melhores condições comerciais, padronização dos insumos, redução de custos administrativos e maior eficiência logística, evitando atrasos e inconsistências no fornecimento.

Embora o parcelamento possa ser útil para itens altamente específicos, nesta aquisição, a contratação global otimiza a gestão dos recursos e assegura previsibilidade no planejamento das obras municipais.

Portanto, a solução adotada garante economicidade, eficiência e transparência, assegurando o melhor uso do dinheiro público.

## **INFORMANDO AS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inciso XI, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

A aquisição de materiais de construção está diretamente ligada a outras contratações essenciais para a execução das obras municipais. Entre elas, destacam-se:



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

Mão de obra especializada, como pedreiros, eletricitas e encanadores;  
Locação de equipamentos, como betoneiras e andaimes;  
Serviços de engenharia e fiscalização, garantindo qualidade e conformidade;  
Aquisição de insumos complementares, como materiais elétricos e hidráulicos.

i

Essas contratações são interdependentes, assegurando que os materiais adquiridos sejam aplicados de forma eficiente, garantindo o pleno funcionamento das obras públicas.

## **INFORMANDO OS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inciso IX, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

A aquisição de materiais de construção para o município de Bofete tem como objetivo garantir a manutenção, conservação e ampliação da infraestrutura pública, assegurando que os serviços essenciais à população sejam prestados com qualidade, segurança e eficiência. Com essa contratação, os seguintes resultados são esperados:

Melhoria da infraestrutura pública – Reformas e reparos em prédios administrativos, escolas, unidades de saúde e demais espaços públicos, garantindo maior conforto e segurança para servidores e cidadãos;

Aumento da durabilidade e conservação dos bens públicos – A utilização de materiais de qualidade permite maior resistência e vida útil das estruturas, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas constantes;

Adequação às normas técnicas e de acessibilidade – Obras e reformas seguindo as diretrizes da ABNT, garantindo acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, conforme a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

Maior eficiência na execução de obras municipais – O fornecimento contínuo e planejado de insumos permite otimizar o cronograma de intervenções, evitando atrasos e desperdícios;

Redução de custos a longo prazo – Investir na manutenção preventiva das estruturas evita gastos excessivos com reparos emergenciais, promovendo o uso racional dos recursos públicos;

Atendimento às necessidades da população – Espaços públicos adequados e bem estruturados proporcionam mais qualidade de vida aos cidadãos, refletindo diretamente na oferta de serviços essenciais.



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

Assim, a presente contratação visa garantir que o município de Bofete possa manter sua infraestrutura em condições ideais, promovendo desenvolvimento urbano e bem-estar social, alinhado aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

## **REGISTRANDO AS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Inciso X, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

Para garantir a efetividade da aquisição de materiais de construção e o cumprimento dos objetivos estabelecidos, o município de Bofete adotará as seguintes providências:

- Formalização do processo licitatório – Elaboração do termo de referência com especificações detalhadas dos materiais, fundamentado na Tabela SINAPI, assegurando transparência e conformidade com a legislação vigente;
- Gestão e controle do estoque – Implementação de um sistema de monitoramento para evitar desperdícios e assegurar a disponibilidade dos insumos conforme a demanda dos serviços públicos;
- Fiscalização da entrega e qualidade dos materiais – Acompanhamento técnico para verificar se os insumos adquiridos atendem às normas técnicas da ABNT e às necessidades das obras municipais;
- Planejamento e cronograma de utilização – Definição de prioridades para aplicação dos materiais, garantindo que sejam utilizados de forma eficiente e conforme as demandas da infraestrutura pública;
- Validade da ata de registro de preços – A ata terá validade de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período, conforme a necessidade da administração pública e dentro dos limites legais, garantindo continuidade no fornecimento dos materiais sem a necessidade de novas licitações imediatas.

Essas medidas garantirão transparência, eficiência e economicidade, assegurando que os materiais adquiridos sejam utilizados corretamente e contribuam para a melhoria da infraestrutura municipal.

## **DESCREVENDO OS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Inciso XII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

A aquisição e utilização de materiais de construção pelo município de Bofete podem gerar impactos ambientais diretos e indiretos, sendo essencial adotar medidas mitigadoras para minimizar seus efeitos. Entre os principais impactos potenciais, destacam-se:

Geração de resíduos sólidos – O uso de cimento, tijolos, madeira, metais e outros insumos pode resultar em grande volume de resíduos de construção civil, exigindo um plano adequado de descarte e reaproveitamento, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

Consumo de recursos naturais – A produção de materiais como cimento e tijolos demanda grande quantidade de água e energia, além de exploração mineral. Sempre que possível, deve-se priorizar materiais certificados e de menor impacto ambiental;

Emissões de CO<sub>2</sub> – O transporte e manuseio de materiais podem contribuir para a emissão de gases de efeito estufa, tornando fundamental a otimização logística e o incentivo ao uso de fornecedores locais para reduzir a pegada de carbono;

Risco de contaminação do solo e da água – O descarte inadequado de materiais como tintas, solventes e resíduos químicos pode afetar lençóis freáticos e ecossistemas, exigindo práticas adequadas de armazenamento e descarte;

Alterações na paisagem e vegetação – Obras que utilizam os materiais adquiridos podem impactar áreas naturais, sendo necessário adotar medidas para minimizar danos à vegetação nativa e promover compensações ambientais.

## **Medidas Mitigadoras**

Para minimizar esses impactos, o município adotará práticas sustentáveis, incluindo:

- Gestão e reaproveitamento de resíduos, incentivando a reciclagem e a destinação adequada dos materiais;
- Uso de materiais sustentáveis, sempre que possível, priorizando insumos certificados e de menor impacto ambiental;
- Controle e fiscalização ambiental na aplicação dos materiais, garantindo conformidade com as normas ambientais vigentes;
- Planejamento logístico eficiente, reduzindo desperdícios e otimizando o transporte para diminuir emissões de CO<sub>2</sub>.

Dessa forma, o município de Bofete busca garantir que a aquisição de materiais de construção ocorra de maneira ambientalmente responsável, minimizando impactos negativos e promovendo o desenvolvimento sustentável.



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

## **DEMONSTRANDO O ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (Inciso II, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

A contratação para aquisição de materiais de construção está estrategicamente alinhada ao planejamento municipal, atendendo às diretrizes estabelecidas nos instrumentos de gestão pública, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Essa aquisição é essencial para a execução de obras de infraestrutura, manutenção de prédios públicos, melhorias na mobilidade urbana e adequações para acessibilidade, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população.

Além disso, a contratação está em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, assegurando que os recursos municipais sejam aplicados de forma planejada e responsável, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da cidade.

## **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA. (Inciso XIII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).**

Após análise detalhada, conclui-se que a contratação para aquisição de materiais de construção é **plenamente adequada e essencial** para atender às necessidades do município de Bofete. A medida possibilita a execução de obras e manutenções necessárias na infraestrutura pública, garantindo a segurança, funcionalidade e qualidade dos espaços municipais.

A contratação está **alinhada ao planejamento orçamentário, fundamentada em critérios técnicos e respaldada pela Tabela SINAPI**, assegurando transparência e economicidade. Além disso, a aquisição **contribui para a eficiência dos serviços públicos e para o desenvolvimento sustentável do município**, cumprindo com os princípios da administração pública e garantindo a melhor aplicação dos recursos municipais.

Bofete - SP, 07 de março de 2.025.

Daleti Raquel Cunha Camargo

Diretora de Projetos



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO UNIFICADA

#### **COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO”, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

- Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
- Sim, ME  Sim, EPP  Não, outros enquadramentos



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

**OBS:** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **VALIDADE:**

## **DADOS DA EMPRESA:**

Nome: \_\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ I.E. \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_

Local / Data \_\_\_\_\_

.....  
**Assinatura do responsável**

**Carimbo de CNPJ**

Responsável: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Data: ...../...../2025



# Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

## ANEXO V

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO n.º 80/2025

PREGÃO PRESENCIAL n.º 03/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 000/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE**, inscrito no CNPJ sob n.º 46.634.143/0001-56, com sede à Rua Nove de Julho, 290, Centro, Bofete, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. Eugênio Carlos Alves, de ora em diante denominada pura e simplesmente **PREFEITURA** ou **CONTRATADA** de outro lado a empresa, \_\_\_\_\_ sediada na Rua \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, doravante designado(a) “DETENTOR(A)”, em face do resultado obtido no Pregão Presencial indicado em epígrafe, devidamente homologado pela autoridade competente, resolve celebrar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** com fundamento na [Lei Federal n.º.14.133 de 1º de abril de 2021](#), e demais instrumentos legais aplicáveis, procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais FORNECEDORES que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

#### 1. OBJETO E QUANTIDADES ESTIMADAS

1.1. O objeto do presente instrumento é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA TABELA SINAPI (SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTO E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM REGIME DE MAIOR DESCONTO PERCENTUAL UNITÁRIO, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE BOFETE/SP**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	CATMAT/SERV	Especificação	Marca	Unid. medida	Quant.	Valor unitário	Valor total
------	-------------	---------------	-------	--------------	--------	----------------	-------------



# Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

--	--	--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por igual, na forma dos artigos 84, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. O contrato iniciar-se-á em XX/XX/2025 (dia da semana) e encerrar-se-á em XX/XX/2026 (dia da semana).

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A fiscalização desta contratação será realizada pelo(a) Servidor(a) Público Sr(a). \_\_\_\_\_, cabendo a este (s) informar (em) ao Gestor(a) competente, Sr(a) \_\_\_\_\_, através de termo circunstanciado, a data e condições da entrega, atestando documento de entrega e cobrança.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... ( )

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado do datado orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiro sem decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº14.133, de 2021.
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- 9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**



# Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
  - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - der causa à inexecução total do contrato;
  - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013
- 10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021**);
  - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021**);
  - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (**art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021**).
- IV. Multa:
- Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
  - Moratória de 0,07 % (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art.137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 5% a 30%do valor do Contrato.



# Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

e) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 30% do valor do Contrato.

f) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 20% do valor do Contrato.

g) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.

h) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de 15% do valor do Contrato.

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (**art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021**).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (**art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021**).

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (**art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021**).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (**art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021**):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na **Lei nº 14.133, de 2021**, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos



# Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, como Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133 de 2021](#)).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

11.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



# Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

11.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no **artigo 137 da Lei nº 14.133/21**, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.

11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (**art. 131, caput da Lei n.º 14.133, de 2021**).

11.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (**art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021**).

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação **02.03.04.10.303.0010.2020-3.3.90.32.00 — Fichas 161, 162, 163, 164** e parte do orçamento consignado em dotações futuras:

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018 (LGPD)**

16.1. A licitante vencedora fica obrigada a:

- a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) cumprir com o estabelecido pela Prefeitura Municipal de Bofete para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
- c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

- e) notificar a Prefeitura Municipal de Bofete em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f) fornecer informações úteis à Prefeitura Municipal de Bofete sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

**17.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Porangaba/SP, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Bofete, \_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

**EUGÊNIO CARLOS ALVES**

**Prefeito Municipal**

\_\_\_\_\_  
**Representante legal da empresa**

**TESTEMUNHAS:**

**NOME:**

**CPF:**

**NOME:**

**CPF:**



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

## **ANEXO VI - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOFETE**

**CONTRATADO:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 00/2025**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA TABELA SINAPI (SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTO E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM REGIME DE MAIOR DESCONTO PERCENTUAL UNITÁRIO, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE BOFETE/SP.**

.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

www.bofete.sp.gov.br

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA: Bofete, 21 de janeiro de 2025.**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: EUGÊNIO CARLOS ALVES

Cargo: PREFEITO

CPF: 258.413.588-47

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: EUGÊNIO CARLOS ALVES

Cargo: PREFEITO

CPF: 258.413.588-47

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: EUGÊNIO CARLOS ALVES

Cargo: PREFEITO

CPF: 258.413.588-47

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**



# *Prefeitura Municipal de Bofete*

CNPJ 46.634.143/0001-56

Rua Nove de Julho, 290 – Centro – Bofete/SP – CEP 18590-049

[www.bofete.sp.gov.br](http://www.bofete.sp.gov.br)

Nome: EUGÊNIO CARLOS ALVES

Cargo: PREFEITO

CPF: 258.413.588-47

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **FISCAL DA ATA:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.